

CBH-Piabanha institui sua Agência de Bacia

Contrato de Gestão foi assinado em julho de 2010 com a AGEVAP



Daniel Rezende/TextoArte

Assinatura do Contrato de Gestão entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão gestor do Estado do Rio de Janeiro, e a AGEVAP, com a interveniência do Comitê Piabanha.

No dia 5 de julho de 2010, o então Presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Luiz Firmino Martins Pereira, o Diretor-Executivo da Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), Edson Guaracy Lima Fujita, a Diretora do INEA, Rosa Maria Formiga Johnsson e o então Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha (CBH-Piabanha), Flávio Luiz de Castro Jesus, junto aos presidentes dos Comitês Rio Dois Rios, Médio e Baixo Paraíba do Sul, assinaram o Contrato de Gestão N° 01/2010 do INEA, delegando à AGEVAP as funções de competência de Agência de Água nestas bacias.

As Agências de Água são entidades com funções técnicas e executivas que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, sendo suas atribuições instituídas pela Lei Federal 9.433/1997 e pela Lei Estadual 3.239/199. A AGEVAP, que desde 2004 atende ao Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) como entidade delegatária das funções de Agência de Bacia, aderiu às suas atribuições as responsabilidades de secretariar e dar apoio aos referidos CBH's. Para tanto, realizou em dezembro de 2010 um Processo Seletivo Público para provimento de trinta e três novos postos de trabalho.

Com o novo contrato, a AGEVAP aumentou seu quadro de colaboradores, o que permite sua atuação com maior eficácia e qualidade na gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul como um todo. Além disso, este acordo possibilitou a criação de Unidades Descentralizadas (UD's) nas sedes dos comitês fluminenses afluentes do rio Paraíba do Sul, que os atendem diretamente. Esta estruturação permite à Agência atuar na ponta dos processos e apoiar as instituições envolvidas na gestão do uso, conservação e recuperação dos recursos hídricos a atingir, com maior eficiência, o objetivo final de cada ação.

Conheça o CBH-Piabanha

Colegiado foi criado no dia 14 de setembro de 2005, pelo Decreto Estadual nº 38.265

Os comitês de bacia no Estado do Rio de Janeiro são entidades colegiadas com atribuições normativas, consultivas e deliberativas que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, instituído pela Lei Estadual nº 3239/1999, cujos objetivos são coordenar a gestão integrada das águas, arbitrar administrativamente os conflitos, implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos, promover a cobrança pelo uso da água e planejar, regular e controlar o

uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto (CBH-Piabanha) foi criado no dia 14 de setembro de 2005, pelo Decreto Estadual nº 38.265. Atua na região hidrográfica constituída pela totalidade das bacias hidrográficas dos cursos d'água afluentes do rio Piabanha que, ao longo de aproximadamente 80 km de extensão, banha os municípios de

Petrópolis, Teresópolis, Areal, Três Rios, São José do Vale do Rio Preto, Paty do Alferes, Paraíba do Sul, acrescida das áreas das bacias hidrográficas dos afluentes do rio Paraíba do Sul, pela margem direita, que drenam os municípios de Sumidouro, Sapucaia e Carmo, situados na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

A estrutura do CBH-Piabanha é constituída por uma plenária, órgão máximo deliberativo, e uma diretoria responsável pela administração. A plenária é composta por trinta membros com direito a voto, sendo doze representantes dos Usuários de Água, nove representantes da Sociedade Civil e nove representantes do Poder Público (federal, estadual e municipal).

Sua diretoria atual tem José Carlos Lemgruber Porto como Presidente, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), e Rafaela dos Santos Facchetti Vinhaes Assumpção como Secretária-Executiva, da Associação das Faculdades Católicas Petrolitanas, além dos Diretores David Michael Miller, da Associação de Moradores da Granja Guarani, José Antônio Alves, da Carl Zeiss Vision Brasil, Mônica de Almeida Machado dos Santos, da Prefeitura Municipal de Paty do Alferes e Maurício Lopes, da Prefeitura Municipal de Teresópolis. O Comitê conta ainda com uma Câmara

ção (UC) de proteção integral e duas de uso sustentável, nas esferas federal e estadual, estão inseridas na região, além de mais de dez UC's municipais e reservas particulares, embora os campos e pastagens ainda sejam as ocupações e uso predominantes do solo.

A região hidrográfica tem como principais atividades econômicas a indústria, o turismo e a agropecuária. Os riscos ambientais de maior vulnerabilidade, ocasionados por ação da água, estão relacionados à ocorrência de cheias, inundações, deslizamentos e erosão do solo, uma vez que a maior parte de seu território se enquadra em grau médio de vulnerabilidade erosiva.

A sede do CBH-Piabanha fica situada à Avenida Barão do Rio Branco, 1.003 – no Centro da cidade de Petrópolis. O espaço, que também abriga o escritório da Unidade Descentralizada da Agência de Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), que atua como Agência de Bacia do Comitê, foi cedido pela Faculdade Arthur Sá Earp Neto – Faculdade de Medicina de Petrópolis.



Érika Meilo/AGEVAP

Além da plenária, o CBH-Piabanha também conta em sua estrutura organizacional com uma Câmara Técnica Permanente, coordenada por Paulo Sérgio de Oliveira de Souza Leite e constituída por dez membros.

Técnica Permanente, coordenada por Paulo Sérgio de Oliveira de Souza Leite e constituída por dez membros.

A bacia do rio Piabanha é uma das grandes sub-bacias formadoras do rio Paraíba do Sul e apresenta a maior cobertura florestal, onde estão os mais expressivos remanescentes da Mata Atlântica. Três Unidades de Conserva-



Érika Meilo/AGEVAP

Em destaques, rios Piabanha e Preto: planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos são algumas das competências do CBH-Piabanha, que gerencia as ações na bacia do rio Piabanha – uma das grandes sub-bacias formadoras do rio Paraíba do Sul.



Érika Meilo/AGEVAP

Organização e composição do CBH-Piabanha



22ª Reunião Ordinária do CBH-Piabanha

O Comitê Piabanha é constituído pelos seguintes órgãos:

- I – Plenária
- II – Diretório Colegiado
- III – Secretária Executiva
- IV – Câmaras Técnicas

PLENÁRIA

Formada por 30 membros com direito a voz e voto, e respectivos suplentes, distribuídos conforme descrito abaixo, cuja atuação é não-remunerada:

- I - Usuários de Água - representantes e respectivos suplentes, perfazendo um total de 40% dos membros;
- II - Sociedade Civil – representantes e respectivos suplentes, perfazendo um total de 30% dos membros;
- III - Órgãos de Governos - representantes e respectivos suplentes, perfazendo um total de 30% dos membros.

DIRETÓRIO COLEGIADO

Composto por seis de seus membros, eleitos dentre seus pares, sendo dois representantes dos usuários dos recursos hídricos, dois representantes da sociedade civil organizada e dois representantes dos órgãos executivos de governo.

SECRETARIA EXECUTIVA

Coordenada por um Secretário-Executivo, membro do Diretório Colegiado, eleito pela Plenária para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.



Arquivo/CBH-Piabanha

Processo Eleitoral que escolheu novos representantes em 2010. O Comitê Piabanha é formado por 30 membros com direito a voto, sendo 12 representantes dos Usuários de Água, 9 representantes da Sociedade Civil e 9 representantes do Poder Público (federal, estadual e municipal).

EXPEDIENTE

O Boletim Informativo "Piabanha" é uma publicação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-Bacias Hidrográficas dos Rios Paquequer e Preto – CBH-Piabanha

Avenida Barão do Rio Branco, nº 1.003
Centro – Petrópolis (RJ) – CEP: 25680-120
www.agevap.org.br – cbhpiabanha@agevap.org.br

Presidente
José Carlos Lemgruber Porto
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE

Secretária-Executiva
Rafaela dos Santos Facchetti Vinhaes Assumpção
Associação das Faculdades Católicas Petrolitanas

Diretores
David Michael Miller
Associação dos Moradores da Granja Guarani
José Antônio Alves
Carl Zeiss Vision Brasil
Mônica de Almeida Machado Santos
Prefeitura Municipal de Paty do Alferes
Maurício Lopes
Prefeitura Municipal de Teresópolis

Coordenação Técnica
Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP
CNPJ: 05.422.000/0001-01
Estrada Resende-Riachuelo, nº 2.535
AEDB – 4º Andar – Morada da Colina – Resende (RJ)
CEP: 27523-000 – Tel: (24) 3355-8389
www.agevap.org.br – agevap@agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração
Em processo de eleição

Presidente do Conselho Fiscal
Oswaldo de Carvalho Ramos

Diretor-Executivo
Edson Guaracy Lima Fujita

Coordenador de Gestão
Hendrik Lucchesi Mansur

Coordenador Técnico
Flávio Simões

Gerente de Recursos Hídricos
Vinicius dos Reis Soares

Textos
Luís Felipe Martins Tavares Cunha
Coordenador de Comunicação, Mobilização e Educação Ambiental da AGEVAP

Revisão
Hendrik Lucchesi Mansur

Fotografias
TextoArte Comunicação e Arquivo AGEVAP

Produção Gráfica e Editorial
Arte, Diagramação, Edição e Revisão Final
Assessoria de Comunicação da AGEVAP
TextoArte Comunicação Ltda. – Rua Dr. Oliveira Braga, nº 405 – Centro – Aparecida (SP) – CEP: 12570-000
Telefone: (12) 3631-4961 – textoarte@textoarte.com

Impressão
Gráfica Drumond – Telefone: (24) 3323-4956

Tiragem
2.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Desastre natural na Região Serrana: dos sete municípios mais afetados, cinco pertencem à bacia hidrográfica do rio Piabanha

Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro, Areal e São José do Vale do Rio Preto



Ramón Probst/ASCOM/PMT

Só na área abrangida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha mais de 450 pessoas morreram e outras dezenas ainda estão desaparecidas.

Em janeiro de 2011, a região serrana do Estado do Rio de Janeiro, onde atuam os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piabanha e Dois Rios, foi o cenário da maior tragédia natural que se tem registro no Brasil. Só na área abrangida pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha (CBH-Piabanha) mais de 450 pessoas

morreram e outras dezenas ainda estão desaparecidas.

De acordo com especialistas, vários fatores foram fundamentais para a ocorrência dos desastres – a começar pelas fortes e longas chuvas que assolaram a região e deixaram o solo encharcado e instável dias antes dos deslizamentos, além de anos de ocupações

e explorações inadequadas do território. No entanto, uma chuva mais forte, como as que ocorrem no verão, porém com uma duração de quase cinco horas, pode ter sido determinante para os acontecimentos que se seguiram.

Segundo a Presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Marilene Ramos, as chuvas que atingiram a região foram atípicas, de acordo com informações fornecidas pelas estações pluviométricas. As primeiras ações do poder público foram o apoio irrestrito à Defesa Civil local no resgate de moradores e na mobilização de máquinas e pessoal capacitado para o atendimento emergencial de desobstrução das calhas dos rios que entupiram e na limpeza das pontes.

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) também aprovou a aplicação de recursos da ordem de R\$ 7,5 milhões para estudos das condições topográficas dos vales afetados. Em seguida, um diagnóstico socioambiental da região será levantado para que seja possível investir em projetos básicos de obras que previnam novas cheias.

Ações do INEA

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA) vem desenvolvendo ações emergenciais, de curto e médio prazo, no intuito de recuperar as áreas degradadas e diminuir a frequência e efeitos das inundações na Região Serrana. Essas atividades tornam-se necessárias para a contingência do efeito e frequência de eventos críticos extremos, como os ocorridos em janeiro de 2011.

As ações emergenciais compreendem um conjunto de serviços como desobstrução de calhas de drenagem, redimensionamento e dragagem de seções, bem como o dimensionamento das seções hidráulicas das pontes destruídas pela enchente e deslizamento de encostas, para que sejam estabelecidos os vãos mínimos das mesmas.

A recuperação ambiental e controle de inundações compreendem as áreas

de risco de inundação, com suas respectivas magnitudes, bem como a proposição de intervenções hidráulicas, como dragagens, diques e barragens, e ações não-estruturais complementares, como reflorestamento/revegetação e parques fluviais.

Em virtude do vultoso volume de serviços, frente à magnitude da catástrofe, houve necessidade de contratação de empresas para desenvolver estas ações e o levantamento aerofotogramétrico, ao longo dos sete principais municípios afetados: Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro, Bom Jardim, Areal e São José do Vale do Rio Preto. Dos municípios mencionados, cinco deles pertencem à região hidrográfica do Rio Piabanha: Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro, Areal e São José do Vale do Rio Preto.

Para os municípios de Sumidouro, Areal e São José do Vale do Rio Preto

foi contratada uma empresa para o desenvolvimento de estudos hidrológicos e hidráulicos em alguns rios, como o Grande, e para o dimensionamento das seções hidráulicas das pontes danificadas ou destruídas.

Já para os municípios de Teresópolis e Petrópolis, a empresa contratada realizou o dimensionamento das seções hidráulicas das pontes danificadas ou destruídas, o mapeamento das áreas de risco de inundação e projetos básicos das intervenções hidráulicas e não-estruturais complementares.

De maneira complementar às intervenções necessárias, a empresa Aero-cartas Engenharia de Aerolevantamentos também foi contratada, visando apoiar os projetos com um levantamento aerofotogramétrico nos principais rios afetados na Região Serrana.

